



## Uma tragédia documentada: o uso de imagens de videovigilância na cobertura telejornalística do desastre de Brumadinho (MG)

**Antonio Pinheiro Torres Neto<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Ceará (UFC)

**Resumo:** Cenas capturadas por câmeras de vigilância estão sendo utilizadas de forma cada vez mais corriqueira no processo de produção de notícias nos telejornais brasileiros. Por isso, buscamos neste artigo compreender quais são os possíveis elementos que têm contribuído para fortalecer a presença dessas imagens na produção telejornalística. Nesse sentido, vislumbramos a hipótese de que a noção de imparcialidade, vinculada a uma pretensão jornalística em transpor para a tela da TV a realidade “tal como ela é”, seriam indicadores deste cenário informativo marcado pelo uso de flagrantes obtidos por equipamentos de videovigilância. Para avançarmos na discussão do assunto, tomamos como base uma reportagem veiculada pelo Jornal Nacional, acerca do desastre de Brumadinho (MG), ocorrido em 2019. Ao mesmo tempo, efetuamos um debate teórico em torno da naturalização das práticas de vigilância em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Videovigilância; Produção jornalística; Telejornalismo; Cultura da vigilância.

### 1. Vigilância contemporânea e publicação midiática

O mundo contemporâneo tem sido palco para a implementação de iniciativas tecnológicas que inserem os cidadãos no centro de ações de vigilância desenvolvidas por instituições públicas, bem como privadas. Uma via de mão dupla, que nos coloca diante de um regime de visibilidade no qual acompanhamos e participamos de operações de monitoramento social cada vez mais naturalizadas no cotidiano de milhares de pessoas. Fazemos parte de um processo muito nítido no qual cada vez mais

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Grupo de Pesquisa PráxisJor - UFC. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [antoniopinheiro.cariri@gmail.com](mailto:antoniopinheiro.cariri@gmail.com)



e mais dados são produzidos sobre os indivíduos (ZUBOFF, 2018). Tais iniciativas podem ser comparadas, em certa medida, a um iceberg.

A comparação pode ser entendida da seguinte forma: diante do contexto social que vivenciamos atualmente, podemos facilmente identificar, por exemplo, câmeras de vigilância em locais como estádios de futebol, estações de metrô, dentro do ônibus, em portarias de prédios, no supermercado, mostrando assim a face mais explícita deste regime de monitoramento. Por outro lado, temos todo um conjunto de práticas menos visíveis (submersas), que também atuam diretamente no acompanhamento e coleta de dados sobre as nossas atividades, utilizando destas informações para fins principalmente comerciais e políticos<sup>2</sup>, promovendo uma verdadeira modulação comportamental em nossa sociedade. É a “(...) transformação da cotidianidade em estratégia de comercialização” (ZUBOFF, 2018, p. 19).

Conforme explicam Bruno, Kanashiro e Firmino (2010, p. 7), “(...) os parâmetros e limites segundo os quais estávamos habituados a ordenar o ver e o ser visto estão em trânsito. Ampliam-se e modificam-se as margens do visível, os modos de fazer ver, assim como os modos de ser visto”. Podemos entender, desta forma, que este duplo aspecto, ver-ser visto, abrange diferentes dimensões, contribuindo assim para que tenhamos acesso à inúmeras imagens/dados, mas também sejamos a fonte que alimenta este intenso regime escópico. No caso do presente artigo, focaremos nossa discussão especificamente nos processos de videovigilância social e nos desdobramentos que esta ferramenta tecnológica tem provocado no campo da produção das notícias.

Atuando de forma ubíqua, 24 horas por dia, as câmeras de videovigilância conseguem capturar cenas do cotidiano que para nós seriam praticamente impossíveis de acompanharmos, dadas as limitações biológicas que possuímos. Interessa-nos destacar que, em muitas ocasiões, como a que apresentaremos nas próximas páginas, o material produzido pela prática da videovigilância deixa de estar circunscrito aos ambientes de monitoramento e segurança que lhe originam, e acaba por servir de conteúdo para a narrativa telejornalística na hora de publicizar determinado fato social.

---

<sup>2</sup> Em meio ao contexto da pandemia provocada pela Covid-19, é importante lembrarmos da intensa implementação de iniciativas voltadas ao monitoramento dos indivíduos, tendo como elemento legitimador o discurso da segurança na saúde pública.



Tem sido assim principalmente em situações nas quais as câmeras de Circuitos Fechados de TV (CFTV) flagram acontecimentos com expressiva noticiabilidade.

É o caso do desastre ocorrido na Barragem I, da mineradora Vale, na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Uma tragédia que vitimou centenas de pessoas, deixando um rastro de sofrimento e destruição na vida de inúmeras famílias<sup>3</sup>. Conforme veremos adiante, o Jornal Nacional, programa telejornalístico brasileiro da Rede Globo, utilizou, em determinado momento da sua cobertura, as imagens de câmeras de monitoramento instaladas pela Vale, na área da barragem em que aconteceu o rompimento, para construir a narrativa noticiosa e assim apresentar o acontecimento a partir de um ângulo até então desconhecido pelo público.

Dessa forma, temos como objetivos para este trabalho a realização de um debate teórico sobre os processos de videovigilância nas sociedades contemporâneas, bem como a consequente verificação, a partir de um exemplo concreto, das apropriações e possíveis motivações que têm levado o jornalismo televisivo a utilizar imagens de vigilância na produção noticiosa. Para aliarmos a discussão teórica aqui mobilizada e entendê-la melhor no campo prático, faremos a análise de conteúdo de uma reportagem do Jornal Nacional<sup>4</sup>, veiculada no dia 01/02/2019. O motivo para a escolha deste material específico deve-se ao fato de que, nesta data, o Jornal Nacional obteve e veiculou para o país inteiro imagens das câmeras de videomonitoramento da Vale que registraram o momento exato do rompimento da Barragem I, em Brumadinho (MG).

O fato marca um ponto importante na produção noticiosa sobre este acontecimento que já vinha se desenrolando em uma extensa cobertura jornalística, por diversos canais de comunicação, desde o dia 25/01/2019. Com a publicização das imagens provenientes das câmeras de monitoramento da Vale, evidencia-se uma nova perspectiva midiática para o fato. Como o próprio âncora do telejornal, William Bonner, destacou: “O rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, já não exige mais um

---

<sup>3</sup> A tragédia ocorrida no dia 25/01/2019, em Brumadinho (MG), é considerada um dos maiores acidentes de mineração no mundo. No total, 270 pessoas morreram (11 continuam desaparecidas).

<sup>4</sup> O acesso à reportagem está disponível, na íntegra e de forma online, através do site da Globoplay. Basta clicar em: <https://globoplay.globo.com/v/7348848/>



esforço de imaginação. Nesta sexta-feira, exatamente uma semana depois do desastre, surgiram imagens que documentam a tragédia”.

## **2. Imagens de videovigilância e produção telejornalística**

De forma bastante notória, vivenciamos uma realidade social em que os nossos passos são acompanhados de forma contínua, seja na esfera virtual ou no campo das interações cotidianas. Os lugares que frequentamos, os produtos que consumimos, as mensagens que trocamos estão entre as informações que passam a integrar grandes bancos de dados de empresas privadas, bem como de instituições públicas. Podemos dizer, nesse sentido, que as atividades de vigilância contemporânea possuem não só uma diversidade de aparatos tecnológicos a sua disposição, mas também um crescente escopo de discursos e medidas legais que sustentam a sua atuação (KANASHIRO, 2008). Em virtude disso, acompanhamos as práticas de vigilância como algo cada vez mais naturalizado em nosso cotidiano, executando suas ações de forma generalizada.

Diferentemente das tecnologias de inspeção na modernidade, que criavam espaços interiores de observação e vigilância para populações específicas (delinquentes, doentes mentais, trabalhadores, estudantes), as câmeras de vigilância em ruas, metrô, parques públicos, entre outros, são dirigidas a todos e a qualquer um, cumprindo uma função prioritariamente dissuasiva e preventiva. Os indivíduos aí não têm uma identidade individual nem coletiva que justifique a vigilância, sendo o acaso de transitarem num mesmo espaço inspecionado o único fato que os une. Somos todos igualmente vítimas e suspeitos potenciais, assim como a consciência da vigilância representa simultaneamente segurança e ameaça (BRUNO, 2013, p. 92-93).

Para entendermos os motivos que nos levaram a atingir este estágio, precisamos considerar a força do discurso relacionado à violência e a segurança. É nesta direção que as ferramentas de vigilância (é o caso das câmeras dos Circuitos Fechados de Televisão - CFTV) têm se mostrado como uma espécie de solução natural ao quadro de insegurança que se instaura nas grandes cidades. Em um contexto social marcado, de um lado, pelas práticas da violência urbana, e de outro, pela ineficiência do Estado em garantir o direito de ir e vir dos cidadãos, os equipamentos de videovigilância, entre outros, passam a ser tomados como instrumentos capazes de nos prevenirem da criminalidade. “(...) existe um ambiente ou sentimento extremamente favorável ou tendencioso ao uso desses sistemas, na medida em que lhes é atribuído o papel de

solucionar o problema da violência e de uma série de crimes urbanos” (FIRMINO, 2013, p. 70, tradução nossa)<sup>5</sup>. Nesse sentido, ocorre uma espécie de autenticação social que aceita e vislumbra na implementação das tecnologias de vigilância, como as câmeras de CFTV, elementos provedores de bem-estar cotidiano.

Ficou claro após o 11 de Setembro<sup>6</sup> que várias formas de vigilância tornaram-se cada vez mais aceitas como parte da vida cotidiana. Desde então, isso se tornou ainda mais óbvio na medida em que inúmeros esquemas de vigilância, com exceção apenas dos exemplos mais absurdos, têm sido aceitos sem resistência (...). É possível que, de uma forma geral, cidadãos aceitem que a perda da privacidade seja o preço a ser pago pela segurança (LYON, 2010, p. 115-116).

Se por um lado a presença das câmeras de vigilância pode provocar a diminuição da sensação de insegurança e ampliar as táticas de combate ao crime, conforme tem sido defendido pelo poder público; por outro, elas tornam visíveis uma série de comportamentos e ações cotidianas de forma indiscriminada. São estas cenas do dia a dia, capturadas de forma ubíqua pelas câmeras de videomonitoramento, que em muitas ocasiões têm ganhado os telejornais e contribuído na construção informativa. É exatamente neste ponto que as práticas de videovigilância e a produção noticiosa se encontram, gerando novas fronteiras para a visibilidade telejornalística. Para entendermos melhor este vínculo, precisamos fazer uma pequena digressão.

A atividade jornalística, como sabemos, trabalha com uma matéria-prima bastante imprevisível: os acontecimentos. Isso porque eles podem surgir a qualquer momento (tempo) e em qualquer lugar (espaço). Apesar disso, a esfera midiática chama para si a responsabilidade de apresentar para os cidadãos aquilo que de mais importante aconteceu em nossa cidade, em nosso Estado, no Brasil ou no mundo. Basta lembrarmos do próprio Jornal Nacional, um programa informativo televisivo que tem

---

<sup>5</sup> “(...) there is an environment or feeling that is extremely favorable or biased towards the use of these systems, insofar as they are attributed the role of solving the problem of violence and a series of urban crimes” (FIRMINO, 2013, p. 70).

<sup>6</sup> Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 foram realizados por membros da Al-Qaeda (grupo fundamentalista islâmico), provocando milhares de mortes na cidade de Nova York (EUA). Na ocasião, 04 aviões comerciais foram tomados pelos sequestradores durante o voo. Com o controle das aeronaves em mãos, os terroristas se lançaram contra as Torres Gêmeas e o Pentágono. Um outro alvo do atentado era o Capitólio, mas que não chegou a ser atingido, já que o avião utilizado para a ação caiu.



como um dos principais objetivos realizar uma cobertura jornalística capaz de abranger os fatos de todas as regiões brasileiras.

De certo modo, temos implícito nessa postura um pressuposto de que os meios de comunicação seriam detentores de um grau de onisciência e onipresença, capazes de buscarem algo talvez utópico: apresentar uma sociedade totalmente visível, onde não haja acontecimento que se esquive dos processos de publicização midiática. Diante desse contexto, podemos dizer que, em tese, nada está excluído da possibilidade de ser noticiado. É dever e obrigação dos veículos informativos, bem como dos seus profissionais, acompanharem os acontecimentos diários os mais diversos e reportarem de maneira ordenada e hierarquizada as principais notícias do dia.

Para cumprirem tal tarefa, as empresas jornalísticas são obrigadas a elaborarem estratégias em suas rotinas que tornem viável a execução do seu trabalho. Um exemplo disso, entre tantos outros, está no processo de seleção dos acontecimentos a partir de critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2008, WOLF, 2008). Afinal de contas, “Sem uma certa rotina de que se possa valer para fazer frente aos acontecimentos imprevistos, as organizações jornalísticas, como empreendimentos racionais, faliriam” (TUCHMAN, 1983, p. 163). Em meio aos procedimentos mobilizados rotineiramente pelos jornalistas nas redações, temos acompanhado nos últimos anos uma utilização cada vez mais constante de imagens provenientes de câmeras de vigilância na produção de notícias e reportagens em telejornais.

De acordo com Andrade (2018), os flagrantes oriundos dos equipamentos de videomonitoramento têm rivalizado com as imagens profissionalmente produzidas pelas emissoras de televisão na composição dos noticiários. Esse tipo de situação parece apontar para uma dupla perspectiva: primeiro, para o avanço na publicização de acontecimentos que em outras situações, possivelmente, não se tornariam de conhecimento público. Segundo, pelo fato da veiculação de imagens provenientes de câmeras de videomonitoramento pressuporem a noção de imparcialidade jornalística, apontando uma retomada da ideia do jornalismo como espelho da realidade. Explico.

Conforme discutimos nas páginas anteriores, dada a ubiquidade dos dispositivos de visibilidade em nosso cotidiano, é inevitável que estes equipamentos



flagrem, em algum momento, acontecimentos de relevância pública. “Inicialmente, sua finalidade é prover segurança, ou seja, a priori, não foram instaladas para finalidades jornalísticas. Entretanto, vez ou outra e despretensiosamente, esses dispositivos registram flagrantes, fazendo-o de forma aleatória” (OLIVEIRA, 2019, p. 20). Desta forma, as empresas jornalísticas se apropriam destas imagens e assim conseguem publicizar acontecimentos que não seriam facilmente captados pelas câmeras dos seus próprios profissionais.

Até não muito tempo, a obtenção do flagrante e do furo de reportagem costumava ser feita por jornalistas que dispendiam grande esforço nessa tarefa. Isso porque a gravação de imagens inusitadas depende, entre outros elementos, que se esteja no lugar certo, na hora certa. A partir das imagens geradas por câmeras de videomonitoramento, os flagrantes passam a ser mais frequentes nos telejornais, sem a necessidade de um profissional para produzir esses vídeos “espetaculares” (OLIVEIRA, 2019, p. 36).

Sendo assim, diante da premissa de que o jornalismo tem como uma de suas principais funções informar os cidadãos sobre aquilo que de mais importante aconteceu no mundo, vemos na utilização das imagens das câmeras de videomonitoramento uma maneira de auxiliar os meios de comunicação a cumprirem esta tarefa. Com a disponibilização de cenas inusitadas e flagrantes sociais os mais diversos, os equipamentos de visibilidade oferecem diariamente a instância jornalística um vasto material a ser exibido aos telespectadores, abordando os principais fatos/flagrantes do dia. Podemos dizer então que, apesar de não estarem atreladas em sua origem ao campo do jornalismo, a utilização das imagens capturadas por aparelhos de videovigilância acabam despontando atualmente como uma prática na rotina das redações jornalísticas.

Passemos então a explicar o segundo ponto citado anteriormente: a veiculação destas imagens e a sua relação com o conceito de imparcialidade no jornalismo. Como é possível inferir de partida, as cenas captadas pelas câmeras de videomonitoramento são geradas a partir de um ambiente externo ao espaço de intervenção dos profissionais do jornalismo. Ou seja, essas imagens são cedidas por terceiros, não sendo desta maneira fruto de uma produção conduzida por repórteres cinematográficos dos próprios meios de comunicação. Essa característica aqui descrita acaba agregando um efeito ainda mais potente a este tipo de conteúdo exibido nos telejornais.



(...) os registros gerados pelas máquinas de visibilidade se tornam um recurso ideal para reiterar novos efeitos de real que buscam solidificar a legitimidade do campo [do jornalismo], baseado, sobretudo, no discurso de reprodução translúcida dos fatos, por supostamente fazer transparecer à tela, de forma paradoxal, o real para além de qualquer mediação jornalística (MARTINS, 2015, p. 147).

É como se nos deparássemos, nesse sentido, com uma espécie de retomada da proposição do jornalismo como espelho da realidade, que ao veicular cenas “livres” da interferência direta de jornalistas ou editores, conseguissem captar a realidade em sua essência. De acordo com Bruno (2013, p. 103), “Tais imagens, ainda que figurem como registros gravados e estejam deslocadas de seu tempo de captação, parecem conferir às narrativas excessivamente editadas dos jornais um testemunho supostamente mais autêntico do real”.

É óbvio que, mesmo diante deste contexto de produção informativa, os meios de comunicação continuam a efetuar sua construção da realidade. Como nos explica Charaudeau (2012), toda captura da realidade passa, necessariamente, pelo filtro de um ponto de vista particular. “Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade” (CHARAUDEAU, 2012, p. 131). Por mais que as cenas das câmeras de vigilância utilizadas pela esfera jornalística apontem para um cenário no qual teríamos a possibilidade de acompanharmos o mundo dos acontecimentos de forma mais orgânica, mesmo assim não estaríamos obtendo uma versão totalmente fidedigna da realidade.

Basta levarmos em consideração que estas câmeras podem estar apontadas para determinada direção e não outra, ou enfocarem um aspecto específico, deixando de enquadrar aquilo que está a sua esquerda ou direita. Além disso, ao chegarem às redações, muitas dessas imagens de câmeras de videomonitoramento passam por um processo de recontextualização, recebendo elementos gráficos que destacam aspectos da cena (círculos, ampliações, zoom), e também um texto jornalístico que narra o acontecimento. É o que veremos no tópico seguinte.





### 3. Uma tragédia documentada

Às 12h28 do dia 25 de janeiro de 2019, a Barragem I da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG), desabou. Dali em diante, pessoas, máquinas, casas, carros e animais foram atingidos por uma verdadeira enxurrada de rejeitos de minério de ferro. No total, 270 pessoas morreram (11 delas continuam desaparecidas). O acontecimento ganhou repercussão nacional e internacional, com reportagens diárias que abordavam as ações de resgate das vítimas, o trabalho do Corpo de Bombeiros, o impacto ambiental, bem como as possíveis causas para o desastre.

As imagens aéreas, produzidas pelos veículos de comunicação, e as inúmeras cenas captadas e compartilhadas por moradores do Município, Corpo de Bombeiros, assim como por funcionários da Vale, davam uma dimensão da tragédia. Esse material, gerado através de aparelhos de telefone celular, câmeras acopladas nos capacetes dos brigadistas, entre outras, contribuíram na realização de uma das etapas da produção jornalística. Por meio desse conteúdo, a população brasileira pode ter uma noção do que havia acontecido em Brumadinho, em uma narrativa jornalística que evidenciava as consequências humanas e materiais ocasionadas pelo rompimento da barragem.

Entretanto, mesmo diante de toda essa profusão de conteúdo, ainda não se tinha uma imagem: a do momento exato em que a Barragem I da Mina Córrego do Feijão se rompeu. Até então, infográficos e imagens de satélite (do antes e depois do ocorrido) tentavam cumprir essa tarefa. Porém, no dia 01 de fevereiro de 2019, cerca de uma semana após a tragédia, o Jornal Nacional veiculou cenas obtidas através de câmeras de videomonitoramento da Vale que registraram o acontecimento e expuseram de forma reveladora aquilo que até então carecia de um exercício de imaginação e de efeitos gráficos. Conforme destacou o jornalista e apresentador William Bonner, da bancada do JN, “O rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, não exige mais um esforço de imaginação. Nesta sexta-feira, exatamente uma semana depois do desastre, surgiram imagens que documentam a tragédia”.

O flagrante do acontecimento, obtido pelo telejornal através das câmeras de videomonitoramento instaladas em equipamentos da Vale, tornaram possível visualizar aquilo que apenas havia sido presenciado pelas vítimas do desastre. Como destacou a

também apresentadora do Jornal Nacional, Renata Vasconcellos, durante a escalada<sup>7</sup> do telejornal, “O Brasil e o mundo assistem as cenas aterrorizantes do colapso da barragem da Vale, em Brumadinho”. Para Monteiro (2009, p. 20), “(...) enquanto o jornalismo trabalha com indícios do crime (aquilo que aconteceu e é reconstituído pela reportagem), as câmeras de vigilância mostram o próprio crime (o ocorrido em tempo real)”. Uma constatação possível de ser verificada na reportagem veiculada pelo JN.

Com a exibição das imagens, o desastre se tornou ainda mais palpável, ao transpor e tornar visível, na reportagem produzida pelo Jornal Nacional, o desespero das pessoas que se encontravam no local quando a barragem se rompeu. Ao fazer a narração das imagens, William Bonner destaca: “O que se nota primeiro é a redução repentina do nível da terra armazenada. Em seguida, a parte de baixo do paredão se abriu, e a barragem se desfez num lamaçal caudaloso. Em poucos segundos ele avançou pela vegetação. Numa onda que carregou e destruiu tudo”.



Figura 1 - Câmera de videomonitoramento da Vale registra momento exato do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

<sup>7</sup> A escalada é um termo utilizado na comunicação para designar os destaques noticiosos anunciados, em sequência, na abertura dos telejornais, bem como dos radiojornais.

Utilizando recursos de edição, a matéria do Jornal Nacional chama a atenção dos telespectadores (repetindo a mesma cena exibida anteriormente, porém, mobilizando elementos gráficos e recorrendo a aplicação de zoom) para situações que se desenrolam em áreas do vídeo menos visíveis a olho nu. Isso acontece, por exemplo, quando uma imagem ampliada do flagrante é anunciada pelo apresentador William Bonner: “Com a imagem ampliada, é possível notar que no momento do colapso, havia algumas pessoas sobre o gramado que recobria a barragem, bem no caminho da lama. O chão cedeu quando elas tentavam fugir. A maioria desapareceu na cena”.



Figura 2 - Cena ampliada mostra pessoas caminhando em gramado próximo à barragem, durante o rompimento de sua estrutura.

É importante destacar que ao utilizar essas ferramentas, como os discos que reforçam contrastes (claro/escuro), ou a ampliação de áreas significativas da imagem, a esfera jornalística está realizando um duplo movimento: 1º) conduzindo o olhar do telespectador para os elementos considerados importantes na reportagem produzida, e 2º) complementando as lacunas que possam vir a prejudicar o entendimento das pessoas que acompanham o material exibido, em virtude da baixa qualidade da imagem. Assim, mesmo que a notícia do JN gere a sensação “(...) de transposição do real à tela sem mediações, de um acontecimento capturado sem intervenção das instâncias midiáticas (...), o que se observa, de fato, é uma adequação desses conteúdos em narrativas que conpirem aos sentidos pretendidos pelos meios” (MARTINS, 2015, p. 13).

Apesar da resolução muitas vezes reduzida e da quebra no padrão de imagens profissionais que costumam permear os telejornais, as cenas captadas pelas câmeras de

videomonitoramento passam a ser consideradas como uma das melhores representações do real no âmbito dos telejornais. “Isso porque os registros realizados por tais dispositivos passam para a audiência a certeza do ‘ao vivo’, do *real time*, permitindo o que seria a grande busca dos profissionais de imagens, que é o inusitado, o golpe de sorte da imagem quase que improvável” (OLIVEIRA, 2019, p. 55).

Nesse sentido, o “olhar” das câmeras de vigilância extrapolam os jogos de cena que costumam caracterizar as imagens obtidas pelas câmeras profissionais dos meios de comunicação, constituídas de gestos marcados ou pré-definidos. Com as imagens de videovigilância há uma amplificação do campo da visibilidade, trazendo à tona cenas ou situações de ambientes privados, íntimos, que exibem uma série de comportamentos sociais desempenhados em sua naturalidade cotidiana. Nesse sentido, ao acompanhar uma reportagem construída a partir de imagens de uma câmera de segurança, por exemplo, “(...) o espectador assume como uma promessa discursiva a ideia de que vê algo criado espontaneamente, sem os interesses que costumam ser associados às empresas jornalísticas, ou sem intencionalidade (...)” (MARTINS, 2015, p. 140).

Essa dimensão da espontaneidade, expressa nas imagens provenientes das câmeras de videomonitoramento, tem uma marca forte na matéria produzida pelo JN, sobre o desastre de Brumadinho. Em um dos momentos de maior tensão da reportagem aqui tratada, vemos em cena, a partir da utilização de imagens de outra câmera cedida pela Vale, funcionários da empresa tentando fugir do verdadeiro mar de lama que seguia na direção em que eles se encontravam, logo após a barragem se romper.



Figura 3 - Câmera de videomonitoramento mostra funcionários da Vale tentando fugir da lama que atingiu o canteiro de obras após o rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão.



De acordo com William Bonner, as imagens são de uma câmera que estava perto da linha do trem da garagem da mina. Com narração em *off*, o apresentador descreve a cena:

Neste destaque da imagem, aparecem pelo menos duas pessoas. Os trabalhadores correram. Um deles caiu. Depois voltou e entrou numa picape. A cena é de puro desespero. O veículo se movimenta ora para um lado, ora pra outro. É claramente uma situação em que não se vê uma saída. Ela não existe. E a lama, invadindo o canteiro. Surgiu também em cena uma retroescavadeira. O operador tentava escapar da onda de resíduos e ainda dos vagões, que a essa altura eram arremessados pra fora dos trilhos. E a onda encobriu todo o canteiro, atingindo a picape e a retroescavadeira.

Com a exibição destas imagens, o Jornal Nacional busca transpor para a reportagem veiculada a sensação de desespero vivenciada pelas pessoas que aparecem em cena, na tentativa de encontrarem uma saída quase improvável. O que vemos é uma situação aterrorizante e que expressa o “(...) comportamento autêntico de quem age quando está sozinho, no corpo que pulsa a emoção quando surpreendido por algo inesperado, na reação instintiva de espanto ou medo perante um acidente, agora capturado por uma câmera invisível (...)” (MARTINS, 2015, p. 25).

#### **4. Considerações Finais**

A partir do exposto neste trabalho, podemos indicar que a utilização das imagens de videomonitoramento na reportagem produzida pelo Jornal Nacional dá indícios da ampliação e da modificação das margens do visível na produção telejornalística. Isso significa que através da utilização do conteúdo capturado por estes dispositivos de visibilidade, os veículos jornalísticos conseguem publicizar acontecimentos que de outra maneira, possivelmente, não viriam a se tornar de conhecimento público. O acontecimento aqui exposto exemplifica bem este panorama.

Ao mesmo tempo, ao se apropriar destas imagens, a esfera jornalística parece buscar fortalecer a noção de uma suposta transposição dos fatos sociais para a tela da TV de maneira translúcida, sem maiores interferências dos jornalistas. Um aspecto disso está presente na naturalidade com que os personagens implicados no acontecimento se comportam. Ou seja, com essa espécie de “olhar invisível”, os equipamentos de



videovigilância conseguem capturar comportamentos/cenas que se desenvolvem diante das câmeras profissionais de um canal televisivo poderiam ter outro resultado.

Além disso, há o fato desse material ser proveniente de ambientes externos ao espaço das redações jornalísticas, tendo sido assim produzido por câmeras de vigilância possuidoras de um olhar maquínico (despidos, em tese, de interesses). É óbvio que tais conjecturas podem desencadear questionamentos sobre quais são os interesses das pessoas/empresas que disponibilizam estas imagens, bem como acerca de quais seriam os aspectos responsáveis por tensionarem, atualmente, o lugar de referência e a credibilidade do material informativo produzido pelos próprios meios de comunicação.

Sem dúvida, as diversas facetas e pontos de interrogação que podem surgir a partir da utilização das imagens de vigilância na produção telejornalística não poderão ser abordadas no curto espaço de um artigo. Isso evidencia, de certa forma, a amplitude teórica e investigativa existente em torno do assunto e que, por sinal, vem ganhando espaço no campo dos Estudos de Jornalismo. Basta levarmos em consideração a produção científica de autores como Andrade (2018), Martins (2015), Monteiro (2009) e Oliveira (2019), que têm construído estudos buscando compreender as transformações e reconfigurações provocadas pela utilização das imagens de vigilância na produção telejornalística brasileira.

De todo modo, acreditamos que através dos apontamentos expostos no presente texto, ampliamos o raio de discussões sobre o assunto, ao mesmo tempo em que apontamos possibilidades de aprofundamento teórico para o trabalho de doutorado que estamos desenvolvendo.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Ana Paula Goulart de. **Telejornalismo apócrifo**: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância. Florianópolis: Insular, 2018.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

FIRMINO, José Rodrigo *et al.* Fear, security and spread of CCTV in Brazilian Cities: legislation, debate and the market. *In: Journal of Urban Technology*, London, v. 20, n. 3, p. 65-84, out. 2013.

KANASHIRO, Marta. Surveillance câmeras in Brazil: exclusion, mobility regulation and the new meanings of security. *In: Surveillance & Society*, v. 5, n. 3, p. 270-289, 2008. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.536.6308&rep=rep1&type=pdf> Acessado em: 02 fev. 2020.

LYON, David. 11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado. *In: Bruno, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MARTINS, Maura Oliveira. **Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade**: reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MONTEIRO, Eliana. **Experiência, narrativa e informação**: o uso das novas tecnologias na construção de uma cultura de vigilância na televisão. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, William Silva de. **Os vídeos das câmeras de segurança no telejornal ESTV 1ª Edição**: do monitoramento à notícia. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. *In: BRUNO, Fernanda et al. Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.